

# Sarney exige definição imediata sobre seu mandato



O acordo de lideranças possibilitou a aprovação da legislação ambiental mais moderna

## Líder poderá antecipar sua saída do PMDB

"O cronograma de Covas foi atropelado". Preocupado, o deputado Antonio Perosa, vice-líder e um dos políticos mais ligados ao senador Mário Covas, admitiu ontem à tarde que o plano para a sua renúncia à liderança do PMDB na Constituinte só após a votação do mandato do presidente José Sarney pode ser revisto e o gesto antecipado. Essa mudança seria provocada pela tentativa dos parlamentares progressistas, que decidiram mudar de partido. Ontem, pela manhã, Covas, ao receber 12 parlamentares do grupo em seu gabinete, deixou implícita a sua decisão de deixar o PMDB, ao fazer várias críticas ao partido.

Mesmo assim, concordou em participar à noite de uma reunião na residência do deputado Hélio Duque atendendo ao insistente convite dos integrantes do movimento, mas fez questão de esclarecer: "O que eu vou dizer lá pode não agradá-los". Ele, em princípio, não pretende revelar sua decisão antes da votação do mandato. Mas o receio de Perosa é de que Covas, confirme sua intenção de deixar a liderança do PMDB. O que, mesmo numa reunião fechada, terminaria por precipitar as coisas.

Os parlamentares que fizeram o apelo a Covas — senadores Servero Gomes e Mário Lacerda e deputados Maurício Fradet, Hélio Duque, Márcio Braga, Osvaldo Macedo, Fernando Gasparian, Ronaldo Aragão, Waldir Pugliese, Gonzaga Patriota e Raul Ferraz — saíram da reunião convencidos de que ele deverá desligar-se do PMDB. O principal argumento deles para tentar reverter a disposição de Covas é de que é viável uma vitória sobre os conservadores na Convenção Nacional.

Mas a outra corrente progressista do PMDB, que está organizando o novo partido, só o considera viável se Covas entrar. E o pressionam para que não adie a sua saída, pois consideram necessário acelerar o processo de criação do partido para facilitar a sua participação das eleições municipais este ano.

## Novo grupo costura a antidissidência

Paralelamente à iniciativa dos dissidentes do PMDB, de formarem um novo partido, começam a surgir dentro do próprio PMDB, movimentos de resistência para alterar os rumos que o partido vem tomando. Ontem à noite, na residência do deputado Hélio Duque, foi realizada uma reunião com um grupo de peemedebistas que não pretendem deixar o partido, mas estão dispostos a apresentar chapa própria na convenção de agosto próximo, para disputar com os setores mais conservadores. O senador Mário Covas foi à reunião.

O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, também quer preservar o PMDB e redefiniu após a Constituinte. Ele anunciou a realização de uma reunião com os coordenadores das bancadas estaduais, hoje à tarde em seu gabinete, para discutir o "novo PMDB que surgirá após a Constituinte". Ibsen, no entanto, trabalha sob orientação do presidente do partido, o deputado Ulysses Guimarães, ao contrário do outro grupo.

Resgate  
O deputado Hélio Duque acredita que ainda é possível "retomar o PMDB". Ele tem como aliados parlamentares como o deputado Francisco Pinto e os senadores Nelson Wedekin e Ronan Tito. Duque acredita que poderá obter o apoio de aproximadamente 80 parlamentares na tarefa de resgate do partido.

A dissidência que articula a formação do novo partido não ajuda o trabalho que o grupo de resistência, já chamado de "neo-PMDB" ou "novo PMDB", pretende levar até a convenção de agosto, segundo o senador Nelson Wedekin. No entanto, eles pretendem trabalhar dentro do partido. Wedekin e Duque criticaram a forma de elaboração do novo programa do PMDB, que está sendo patrocinada pelo deputado Ulysses Guimarães e governadores. "Mais uma vez os iluminados do partido, a turma do "poire", decide que vai oferecer um novo programa para o PMDB", protestou o senador catarinense.

## Plenário aprova a melhor legislação ambiental do mundo

Somente através de autorização do Congresso Nacional poderão ser instaladas usinas nucleares no País. Esta inovação, introduzida no capítulo do Meio Ambiente, foi aprovada ontem por acordo de líderes, que também decidiram elevar à categoria de patrimônio nacional a Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar e Pantanal Mato-grossense. Promulgada a nova Carta, qualquer atitude lesiva ao meio ambiente será qualificada como crime sujeito às sanções penais e administrativas.

O poder público, para assegurar o equilíbrio ecológico, deverá preservar e fiscalizar as atividades genéticas, controlar a comercialização de agrotóxicos, proteger fauna e flora, além de exigir um prévio estudo do impacto ambiental que uma determinada obra poderá gerar em virtude de sua instalação em determinado local. Além disto, as empresas mineradoras ficam obrigadas, pelo texto, a promoverem recuperação do ambiente degradado por suas atividades exploradoras. O capítulo foi aprovado por 450 votos, contra apenas três votos contrários e duas abstenções.

### Devastação

No encaminhamento da votação, o deputado Fábio Feldman (PMDB/SP) informou que o Brasil ocupa hoje o primeiro lugar

## Divórcio ainda gera impasse

Até o final da noite de ontem os constituintes ainda não haviam feito acordo para votar o capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, em que a questão principal e mais polêmica é o divórcio. A falta de entendimento nesse ponto foi o principal obstáculo para que a sessão fosse encerrada mais cedo, já que as lideranças não conseguiram chegar a um texto que contemplasse todos os interesses.

A disputa em torno do divórcio está entre o grupo evangélico da Constituinte, composto por 35 parlamentares de diversos partidos, e os progressistas. Os evangélicos mais conservadores não aceitam que o divórcio seja permitido mais de uma vez, ao contrário do que estabelece o texto do projeto, aprovado na Comissão de Sistematização, no qual está

no mundo na devastação vegetal, e que somente no ano passado, mais de 20 milhões de hectares da Floresta Amazônica foram queimados. Como porta-voz da Frente Verde e da Frente Nacional de Ação Ecológica, Feldman qualificou o texto do acordo como «o mais avançado em termos de legislação ambiental no mundo».

O plenário rejeitou por 160 votos favoráveis e 264 contrários emenda do pefelista Fausto Rocha que pretendia proibir a prática de fumar em ambientes fechados. O deputado José Genoino, que há um mês largou o vício do cigarro, qualificou a proibição de «ridícula e sem cabimento», porque privaria o cidadão, com sua liberdade de fumar até dentro de sua própria casa. Por 114 votos a favor e 289 contra foi rejeitada emenda que previa a permissão de atividades nucleares no País apenas para fins pacíficos e sob a fiscalização do Congresso Nacional.

Mas o plenário aprovou por 302 votos contra 116 emenda do senador Itamar Franco (sem partido), na qual, as usinas que operam com reator nuclear, deverão ter sua localização definida por lei federal, sem que com esta autorização, não poderão ser instaladas no País. «A energia nuclear exige debate, e a discussão democrática está no Congresso Nacional», sustentou o senador.



Josemar Gonçalves

Índios e idosos unidos na Constituinte pelos seus direitos

## Índios lutam por garantias

Noventa por cento dos indígenas poderão ficar sem os direitos e garantias previstos no capítulo que deverá entrar na pauta de votação na sessão de hoje à tarde da Constituinte. As lideranças partidárias não estão conseguindo chegar a um acordo para a supressão do artigo que exclui os índios em "alto estágio de aculturação e que mantenham convivência constante com a sociedade nacional" dos direitos previstos.

Atualmente, existem no Brasil quase 200 mil índios, divididos em 130 nações e, segundo o coordenador da Frente Parlamentar de Defesa do Índio, deputado Tadeu França (PR), a manutenção desse artigo representaria "o genocídio dessa população". Explicou que um dos parâmetros para se considerar "elevado estágio de aculturação" é a utilização da

estabelecido que a lei não limitará o número de dissoluções do vínculo conjugal.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que pertence ao grupo evangélico, acha que a questão não deveria ser objeto de grande polêmica, pois o que ficará no texto será apenas um princípio. Segundo Benedita, o número de divórcio não deve ficar limitado na lei e sim a sua garantia. «Se divorcia quem quer», afirma. Além disso ela lembra que os evangélicos já foram contemplados na medida em que o texto, tanto o do Centrão como o da Sistematização, prevêem que o casamento religioso será válido como casamento civil.

O deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO), vai apresentar emenda limitando o número de divórcios.

### Celson Franco

O Governo do presidente José Sarney vai exigir, através dos seus ministros e, especialmente, das lideranças políticas na Câmara e no Senado, que o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, coloque o mandato em votação ainda esta semana.

O Presidente da República, reunido ontem com seu "conselho político" no Palácio da Alvorada — foi a terceira reunião em três dias — identificou no líder do PMDB, senador Mário Covas, o objetivo de obstruir a votação do mandato, não apenas para comprometer a viagem do chefe do Governo a Nova Iorque mas, principalmente, para esfriar o ânimo e a mobilização dos cincoanistas.

A reunião do "conselho político" começou às 11h30 e terminou uma hora e meia depois, com o líder do PFL, José Lourenço, fazendo o papel de porta-voz: "Não concordamos que em função de interesses menores da esquerda se prejudiquem os interesses maiores da Nação".

O problema é que os cincoanistas estão mobilizados, e o Governo teme que a obstrução esfrie o ânimo de quem se comprometeu em votar com o presidente José Sarney. O esvaziamento do plenário reduz a



margem de segurança com que trabalha o Palácio do Planalto.

### Obstrução

O líder do PTB, Gastone Righi, que esteve no Alvorada antes da reunião do "conselho político", não acredita que a votação ocorra esta semana, "devido à obstrução que o líder Mário Covas vem fazendo".

O ministro Prisco Viana também confirmou que "está havendo um processo de obstrução dos trabalhos na Constituinte por parte da oposição", mas informou que "vamos manter entendimento com o deputado Ulysses Guimarães para que a votação se faça esta semana".

No Congresso, a opinião é de que a votação do mandato só deverá acontecer na semana que vem. A assessoria do líder Mário Covas, por exemplo, observou que falta votar ainda os capítulos da família e do índio. Os dois com

questões polêmicas. No capítulo referente à família, as lideranças partidárias ainda não chegaram a um acordo no que diz respeito ao divórcio e, principalmente, sobre o aborto.

Na questão indígena, os líderes da Constituinte buscam o entendimento sobre a posse da terra de — e sobre a definição de índio aculturado e não-aculturado.

Se o entendimento ocorrer, é possível votar as duas matérias — famílias e índio — hoje. Ficaria para amanhã a votação do mandato. O risco aí, para o Governo, é a possibilidade de quorum baixo, já que a próxima segunda-feira é feriado.

De qualquer forma, o deputado José Lourenço deixou ontem o Palácio da Alvorada dizendo: "Nós estamos mobilizados para votar na sexta, no sábado, no domingo, qualquer dia".

## Porta-voz nega pressão

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, desmentiu ontem à noite que o presidente José Sarney esteja pressionando a Assembleia Nacional Constituinte, no sentido de que seu mandato seja definido esta semana.

Segundo ele, o presidente da República chegou a dizer a Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, na última segunda-feira, que o mandato poderia ser votado, agora ou

depois de sua viagem a Nova Iorque.

Sarney, de acordo com o porta-voz, está tranquilo, e não vê problema no adiamento da votação: as demonstrações de solidariedade que vem recebendo, deixam-no convencido de que o mandato é um assunto já decidido, a seu favor. As afirmações de Carlos Henrique divergem das declarações dos próprios líderes do Governo manifestadas durante o dia de ontem.

## Jogo pesado. Dar para receber

Daso Coimbra (PMDB) solicitou a liberação de verbas para estradas federais no Rio de Janeiro; Arnaldo Prieto (PFL-RS), ao lado de Alysso Paulinelli, defendeu a manutenção do monopólio estatal na compra de trigo; Gastone Righi (PTB-SP) pediu a aprovação, pelo Conselho Monetário Nacional, dos processos da prefeitura de São Paulo, referentes a empréstimos e financiamentos.

Daso Coimbra, assim como o deputado Wagner Lago, que também pediu a liberação de verbas para estradas federais, para o Maranhão, esteve terça-feira no Palácio do Planalto; Gastone Righi, Arnaldo Prieto e Alysso Paulinelli, estiveram ontem no Palácio da Alvorada. Todos votam nos cinco anos.

O Palácio do Planalto — a imprensa é usada por funcionários do próprio Governo — resolveu "jogar pesado" na questão do mandato presidencial. "Jogar pesado", no caso, significa, basicamente, distribuir favores a quem defende as teses de interesse do Governo.

Há exemplos: dia 19 último, o deputado Paulo Mincaroni, do PMDB do Rio Grande do Sul, esteve no Palácio do Planalto, acompanhando perto de 100 prefeitos gaúchos. Eles entregaram ao presidente José Sarney dois documentos: um apoiava os cinco anos; outro reivindicava a liberação de verbas a fundo perdido para as prefeituras.

Mincaroni, aliás, esteve com o Presidente da República, no Palácio da Alvorada, no último dia quatro. Ele e mais 41 constituintes, todos comprometidos com o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney.

No dia seguinte — dia cinco deste mês — o Presidente da República recebeu, também no Palácio da Alvorada, 53 constituintes. Foram, portanto, 94 constituintes, em dois dias. Ao final do encontro, o salão ainda cheio, um assessor do Palácio comentou: "Valeu..., limpamos a



Arquivo 06/01/88

Daso pediu verba para ferrovia

área". Agora — a informação é do porta-voz da Presidência da República — o presidente José Sarney está tranquilo, no que diz respeito à aprovação, pela Assembleia Nacional Constituinte, do mandato de cinco anos.

O senador Affonso Camargo, do PTB, não acredita que o Governo esteja, agora, trocando favores pela aprovação dos cinco anos. Ele argumenta que os cincoanistas já têm, de uma forma ou de outra, sua participação no Governo: "Eles estão apenas lutando para a permanência do Presidente por mais um ano.

O que está acontecendo, segundo Affonso Camargo, é um "absurdo democrático": enquanto a maioria da sociedade brasileira pede eleições este ano, exatamente os representantes dessa sociedade votaram contra sua vontade.

O senador José Richa, do PMDB, se restringiu a dizer que "o presidente José Sarney precisa administrar mais e pensar menos em ficar lá", no Palácio. O deputado Euclides Scalco observa que "o Governo tem o que distribuir, e distribuir nas vésperas" da votação do mandato. E conclui: "É sinal de que a prática é boa. Para o Governo". (C.F.)

## Ulysses: votação só semana que vem

Embora por sua vontade as votações seriam aceleradas, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, admitiu ontem que somente na próxima semana deverá ser levada a plenário a questão do mandato do presidente Sarney. Isto porque, segundo ele, até agora apenas existe fusão de emendas por acordo de lideranças no capítulo referente ao meio ambiente, votado ontem. De qualquer forma, Ulysses acredita que não haverá mudanças substanciais de tendência pelo mandato até a próxima semana. "Já está decidido pela consciência de cada um", afirmou.

Conforme Ulysses, "setores democráticos" não estão querendo que a votação do mandato ocorra ainda esta semana. Além disso, é levado em conta o fato de os capítulos referentes à família e aos índios ainda apresentarem dispositivos polêmicos que impedem a fusão anterior ao voto. "A votação depende de decisão de lideranças de elaborar fusão que facilite os trabalhos", disse Ulysses. Segundo ele, no capítulo da família há questões pendentes como a conceituação de uniões estáveis e de limitação de divórcios.

### Discussão

Ainda acreditando que a tendência é a aprovação dos cinco anos para o presidente Sarney, Ulysses disse que o tema mandato já foi exaustivamente discutido e será difícil modificar opiniões. "Quem é quatro é quatro e quem é cinco é cinco", disse ele, afastando a hipótese de defender um mandato de quatro anos e meio. Disse, também, que não seria negociador de qualquer uma das teses. "Há temas que batem recorde de emendas, como é o caso do mandato. Mas eu me mantenho como coordenador dos trabalhos", disse, acrescentando, porém, que será difícil encontrar um meio termo entre os quatro e cinco anos. No atual ritmo, o presidente da Constituinte já calcula para meados de julho a época da promulgação da Constituição.

## Covas desmente que obstrua negociação

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, negou, ontem, que esteja obstruindo as negociações do capítulo da família, da criança, do adolescente e do idoso, para atrasar a votação do mandato do presidente José Sarney. A acusação, feita a princípio pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, encontrou ressonância não só na direita, mas também de parlamentares de esquerda, como o deputado Cesar Maia (PDT-RJ).

"Este jogo de atrasar votação eu acho errado. Temos que fazer acordo e votar o mandato no dia que tiver que ser — hoje, amanhã, sábado, domingo, terça, quarta — seja lá o dia que for", desabafou Cesar Maia, acrescentando: "É evidente que os cincoanistas tem maioria, embora eu defenda com unhas e dentes os quatro anos, mas não é, por isso que eu vou colocar por água abaixo tudo que temos que manter no texto permanente, que é a questão da família, e também do índio". Covas, entretanto, não concorda que a fixação dos quatro anos esteja perdida, mas reconhece ser o único achar isso.

Mário Covas se defende das acusações, dizendo que este é o título mais complicado da Constituinte e que a sua intenção é, de fazer acordo porque eles facilitam as votações. "Com acordo, votamos todo um capítulo rapidamente, porque restarão apenas duas ou três emendas. Sem acordo, vota-se ponto a ponto, além de outras 50 emendas para cada capítulo". Ele rebateu, entretanto: "O que não é possível é; agora que o presidente José Sarney tem pressa em ver o seu mandato votado, nós tenhamos que apressar os acordos. Isso não. Se os acordos tiverem que ser rápidos eles serão. Se forem demorados, serão".

## Futebol atrai mais que sessão

Pela segunda vez esta semana, os constituintes abandonaram as votações em plenário para assistir a uma partida de futebol na sala do cafezinho. Ontem, porém, o público foi bem maior que na despedida de Platini. A decisão do título europeu entre Benfica e PSV Eindhoven provocou discussões clínicas, partidárias e ideológicas.

"Ainda bem que o sistema é democrático e dá para torcer sem problemas. Antes a gente não podia gostar de futebol", desabafou o líder do PCB, Roberto Freire, entrando na sala do cafezinho para aumentar um público

que, no momento da decisão por penaltis, era de 50 constituintes.

### Provocação

Freire aproveitou a presença do presidente do Flamengo, deputado Márcio Braga (PMDB-RJ), até então estrela da platéia, para fazer uma provocação.

"E com o vencedor deste jogo quem Sport vai jogar?", perguntou. Sport de Recife e Flamengo disputaram na Justiça o título de campeão brasileiro do ano passado. O time do pernambucano Freire venceu no "tapetão".

"Se for, eu quero ir chefiando a delegação", provocou Braga.

## A Nova Carta

A íntegra do texto aprovado ontem pela Assembleia Nacional Constituinte:

Título VIII — Da Ordem Social

Capítulo VI — Do Meio Ambiente

Art. 254 — Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e a coelestidade de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º — Para assegurar a efetividade do direito referido neste artigo, incumbe ao Poder Público:

I — Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II — Preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III — Definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitida somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção;

IV — Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora, de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V — Controlar a produção, comercialização e/ou emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

VI — Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII — Proteger a fauna e flora, vedando, na forma da Lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, que provoquem a extinção de espécies ou que submetam os animais à crueldade.

§ 2º — Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º — As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º — A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são Patrimônio Nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do seu meio ambiente, inclusive quanto ao uso de seus recursos naturais.

§ 5º — São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ (...) — As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. Obs.: Este artigo do senador Itamar Franco só receberá numeração no texto definitivo da Nova Carta.